

CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Diego Rafael da Silva¹
Leonardo Bonella¹
Luana Isotton¹
Vanessa Vieira Fonseca¹
Sandra Maria de Oliveira²

Resumo: As discussões sobre responsabilidade socioambiental tem se mostrado cada vez com mais frequência nos meios acadêmicos, governamentais e empresariais; este artigo vem com o intuito justamente de colaborar em sentido positivo com essas discussões, deixando claro o que é o fator socioambiental e sua importância para esta e as futuras gerações. Utilizando-se do método de pesquisa bibliográfica aborda-se aqui uma elucidação da responsabilidade socioambiental com o objetivo maior de mostrar os inúmeros ganhos que as empresas terão em um futuro não muito distante.

Palavras-chave: Responsabilidade. Contabilidade. Socioambiental.

1 INTRODUÇÃO

A cultura da responsabilidade socioambiental está gradativamente mais presente na sociedade, meios acadêmicos e nos meios de negócios. Com a preocupação sobre este tema surgiram, para as organizações, vários relatórios para estas demonstrarem sua atuação em benfeitorias para a sociedade em que atuam e ao meio ambiente, como por exemplo, o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). A resolução do Conselho Federal de Contabilidade N° 1.003-04 a qual aprova a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T15 que propõe a inclusão de informações de naturezas sociais e ambientais ao sistema de registro contábil, não obriga as organizações a fazerem, apenas normatiza de que forma as empresas devem relacionar os itens para demonstrar a sociedade sua responsabilidade. Delimitar-se-á neste artigo a simples tarefa de explicitar a responsabilidade socioambiental de forma geral nacional, analisando e utilizando das teorias de grandes estudiosos deste tema na área contábil. No final, haverá condições de fazer algumas observações sobre os grandes ganhos não somente para as empresas engajadas nestes projetos, mas para a sociedade e para o meio ambiente como um todo.

2 METODOLOGIA

Este artigo tem forte embasamento nos referenciais bibliográficos do Estudo da Demonstração da Responsabilidade Social de Rogério Rockembach o qual leva o título de contador e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul bem

¹ Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da FSG.

² Doutora em Filosofia da Linguagem. Professora da FSG.

como do grande trabalho realizado pelos Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que também aborda o tema da responsabilidade socioambiental para as empresas. O presente artigo apoia-se de forma menos igualitária sob artigos de outros acadêmicos, para que se possa de melhor forma abordar o assunto em questão. O tema sobre a responsabilidade socioambiental já vem sendo discutido há alguns anos, este artigo não tem o objetivo de comprovar ou criticar o que já foi discutido, e sim, como já foi dito, elucidar a teoria para que se possa abrir novos caminhos de discussão e outras ideias que sem sombra de dúvida só virão a acrescentar de forma assertiva o empenho de grandes estudiosos sobre o assunto. Ao o olhar contábil mostrar o grande diferencial que se pode fazer.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tornou-se um fator de competitividade para os negócios. No passado, o que identificava uma empresa competitiva era basicamente o preço de seus produtos. Depois, veio a etapa da qualidade, mas ainda focada nos produtos e serviços. Hoje, as empresas devem investir no permanente aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos dos quais dependem e com os quais se relacionam: clientes, fornecedores, empregados, parceiros e colaboradores. Isso inclui também a comunidade na qual atua, o governo, sem perder de vista a sociedade em geral, que se constrói a cada dia.

Em vista disso, fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas, são diferenciais cada vez mais importantes para as empresas na conquista de novos consumidores ou clientes. Segundo Azambuja (2001, p. 29):

Por mais louvável que seja uma empresa construir uma creche ou um posto de saúde na sua comunidade, a sua generosidade em nada adiantará se, ao mesmo tempo, estiver poluindo o único rio local ou utilizando matéria-prima produzida em fábricas irregulares, que empregam trabalho infantil em condições insalubres ou perigosas.

O comportamento ético também é evidenciado na definição de responsabilidade social corporativa proposto por Almeida (1999), afirmando que a responsabilidade social corporativa “é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo” (ALMEIDA *apud* MELO NETO; FRÓES, 1999, p. 90).

No Brasil, muitas organizações empresariais foram criadas para discutir temas sociais, de direitos humanos e de sustentabilidade ambiental, como, por exemplo, o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). Para o desenvolvimento comunitário e social podem ser citadas o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação Abrinq, entre outras. No que se refere à responsabilidade social corporativa, merece destaque o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado para promover a cultura da gestão empresarial balizada por princípios éticos; e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que, por intermédio do seu idealizador, Herbert de Souza, deu uma importante contribuição à área contábil, associando o balanço social à demonstração da responsabilidade pública e cidadã das empresas brasileiras.

3.1 O que é responsabilidade socioambiental

Segundo o Instituto Ethos (2007),

A Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e coresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governos e meio ambiente) e conseguir incorporá-los nos planejamentos de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Na área contábil já se encontram vários pesquisadores do assunto, dentre eles cabe mencionar Kroetz (2003), com vários pronunciamentos. Para o autor,

O conceito de responsabilidade social corporativa pressupõe que a organização não seja somente um agente econômico, produtor de riqueza e gerador de lucros, mas, também, um agente social, com participação e influência sobre o seu entorno. Tendo como objetivo não só o retorno ao acionista, mas também a geração do bem-estar, o desenvolvimento da comunidade onde atua, a sua colaboração na preservação do meio ambiente e a criação de condições de trabalho favorável (2003, p. 6).

Para o enquadramento de uma empresa ou entidade, como eticamente responsável, ela deve se comprometer e obedecer a um conjunto de princípios ou regras, conforme segue:

- a) princípios éticos nos negócios e nas atividades;
- b) servir à sociedade com produtos úteis e em condições justas;

- c) respeito aos direitos humanos como uma das condições dignas de trabalho, que favoreçam a segurança, a saúde, o desenvolvimento humano e profissional dos trabalhadores;
- d) criar riqueza na condição mais eficaz possível;
- e) respeito ao meio ambiente;
- f) obedecer e cumprir as leis, normas, costumes e contratos firmados; e,
- g) procurar a distribuição equitativa da riqueza gerada.

Diante disso, necessitam da colaboração de vários parceiros para atender e alcançar os seus objetivos econômicos, sociais e ambientais. Ao exercer sua função econômica, a empresa estabelece ações que incidem direta e indiretamente na vida das pessoas e do ambiente que a rodeia. Assim pode-se compreender que há uma dependência recíproca, que é formada por um conjunto de interessados, dos quais buscam cada um ao exercer o seu papel. (DEMONSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, p. 16).

3.1.1 Benefícios potenciais à indústria

Conforme a elucidação das referências a cima e segundo Kraemer (2012), pode-se listar desde já alguns dos principais benefícios para à indústria:

- a) identifica, estima, aloca, administra e reduz os custos, particularmente os tipos ambientais de custos;
- b) controla o uso e os fluxos da energia e dos materiais;
- c) dá informação mais exata e detalhada para suportar o estabelecimento e a participação em programas voluntários, custos efetivos para melhorar o desempenho ambiental;
- d) informa de forma mais exata e mais detalhada para a medida e o relatório de desempenho ambiental, assim melhorando a imagem de companhia com os *stakeholders*, tais como clientes, comunidades locais, empregados, governo e fornecedores.

3.1.2 Benefícios potenciais à sociedade

Conforme se discute no presente artigo e segundo Azambuza (2001), a empresa não será e não deverá ser a única beneficiada com a responsabilidade socioambiental, juntamente com Kraemer (2012) pode-se relacionar alguns dos principais benefícios também à sociedade:

- a) permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água;
- b) reduz os custos externos relacionados à poluição da indústria, tal como os custos da monitoração ambiental;
- c) fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública;
- d) fornece a informação ambiental industrial do desempenho que pode ser usada no contexto mais extenso das avaliações do desempenho e de condições ambientais nas economias e em regiões geográficas.

Os exemplos de muitas iniciativas ambientais que se beneficiam da Contabilidade de Gestão Ambiental incluem:

- e) prevenção da poluição;
- f) *design* e implementação do sistema de gestão ambiental;
- g) projeto para o ambiente;
- h) cálculo dos custos, poupanças e benefícios de projetos;
- i) estabelecimento de metas quantificadas de desempenho;
- j) divulgação ao exterior de despesas, investimentos e responsabilidades em ambiente;
- k) compra ambiental preferível;
- l) avaliação anual dos custos/despesas em ambientes;
- m) relatório externo na área do ambiente ou da sustentabilidade;
- n) produção mais limpa, prevenção de poluição, gestão da cadeia de fornecedores e projetos de *eco-design*;
- o) avaliação de investimentos, cálculo das opções de investimento;
- p) preço dos produtos;
- q) elaboração de orçamentos;
- r) avaliação do desempenho ambiental dos indicadores;
- s) relatório ambiental do desempenho.

(REVISTA ELETRÔNICA MANUARA DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIA CONTÁBEIS, Vol. I).

3.2 O que é desenvolvimento sustentável

Consiste num conjunto de procedimentos que visa a suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às futuras gerações. Estes debates, via de regra, são fomentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos fóruns internacionais, que contam com a participação dos principais governantes, com a intenção de propor uma tomada de posição coerente pelas nações do mundo inteiro, preocupadas com o futuro da humanidade.

Dentre os documentos resultantes, merece destaque a Agenda 21 (um plano de ação, composto de quatro seções e 40 capítulos que definem objetivos e metas a serem alcançados), constituindo-se num documento político com compromissos assumidos e ações concretas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. O capítulo 8 trata da ‘Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisão’ e contempla entre outros programas o ‘estabelecimento de sistemas de contabilidade ambiental e econômica integrada’, que dizem respeito direto à área contábil e por extensão ao profissional da Contabilidade. (DEMONSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, p. 20).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme visto nos dados obtidos, o primeiro grande passo é fazer com que a responsabilidade social e ambiental esteja inteiramente inserida na cultura das organizações como um todo. O panorama mundial está mudando pouco a pouco sua visão em relação as negociações, está tendo uma percepção maior que os recursos do planeta são finitos, e dá-se aí uma preocupação maior principalmente incitada pelos ativistas do meio ambiente e também por estudos que diz respeito a outras áreas, impulsionando os governos a adotarem medidas que de fato farão a diferença. Quanto mais os governos motivarem suas empresas a abrir seus balanços ambientais a sociedade, certamente as organizações sentirão a responsabilidade que elas têm com a sociedade no sentido de micro e macrorregião, e também com o meio ambiente que a todos afeta.

As empresas que têm um olhar de sobrevivência em longo prazo são as pioneiras a inserir no seio de suas negociações a preocupação socioambiental, devido às mudanças repentinas que o planeta está passando em termos climáticos e populacionais, as próprias organizações passarão a cobrar de outras organizações a responsabilidade para além de seus muros. A visão das empresas que ainda não adotaram esta sistemática de negociação, mas

terão a curto prazo que se habituar será, justamente isso, tratar a sociedade e o meio ambiente ao qual estão inseridas como parte de suas negociações, e tal como rigorosamente cobram qualidade de suas matérias-primas e de seus operários terão que ter “*vistas grossas*” no que se refere ao todo, deixando de ser simplesmente organizações, e sim passar a ser redes de relações sociais e ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo, pôde-se observar uma tendência dominadora com a preocupação da sociedade e ao meio ambiente, tanto das pequenas como das grandes organizações. Estas últimas, por terem maior condições financeiras e maior nível de exigência certamente conquistarão as pequenas empresas a seguirem seus passos no que se refere aos cuidados socioambientais, a preocupação de seus funcionários para além de seus territórios laborais. A geração que está se inserindo no mercado de trabalho, neste momento com toda esta nova cultura que está a florescer dentro das organizações e tomar a consciência da sociedade de todos os cuidados que o planeta pede, e que o sistema capitalista necessita para sobreviver; tendo em vista que o sistema capitalista transforma por meio do processo fabril as extrações oriundas da natureza, esta não poderá acabar, pois se não haverá fim a todo um sistema econômico presente em grande parte do território mundial. Já atualmente as empresas que contam e alimentam algum sistema de benfeitoria ao ambiente são olhadas com certo destaque por seus parceiros, são empresas que apresentam maior credibilidade, confiabilidade na hora de negociar. Além disso, tem-se o fator populacional, e com ele os níveis de alfabetização cada vez maiores, fazendo com que as pessoas olhem de outra forma suas ações dentro das empresas que trabalham, outro ponto a ser colocado em pauta juntamente com a alfabetização é o crescente desenvolvimento da tecnologia levando a todos inúmeras informações. A sociedade como um todo pede uma forma de organização diferente da que se está vivendo nos tempos atuais, os governos terão que motivar suas empresas a mudar igualmente seu modo de olhar o mundo e seus ganhos muitas vezes a qualquer custo. Nessa caminhada, é que se vê surgir grandes empreendedores, com ideias inovadoras e sustentáveis, capaz de trazer lucros as suas empresas e ao mesmo tempo lucro para o meio em que se situa.

6 REFERÊNCIAS

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; SOARES, T. Diana L. V. A. Macedo. **Revista de Administração Contemporânea**, Vol. 6, Curitiba setembro/janeiro 2002.

DOMINGOS, Maria de Lurdes Costa. **Responsabilidade Social nas Organizações de Trabalho: benevolência ou culpa**. Brasília, março 2007.

ETHOS, Instituto. **Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo, 2003.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. REMAC, **Revista Eletrônica Manuara de Administração e Ciências Contábeis**, Vol. I, nº 2, de janeiro a julho de 2012.

LOST, Robertta; KROM, Valdevino. **Contabilidade Ambiental: Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Socioambiental**. Universidade do Vale do Paraíba, agosto de 2010.

ROCKEMBACH, Rogério. **Estudo da Demonstração da Responsabilidade Social**. Editor Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2009.

SCHROEDER, Jocimari Tres; SCHROEDER, Ivanir. **Responsabilidade Social Corporativa: limites e responsabilidades**, São Paulo, janeiro/junho 2004.

SOARES, Gianna Maria de Paula. **Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa**. São Paulo, julho/dezembro 2004.

TOMEI, Patrícia A. **Responsabilidade Social de Empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional**. Rio de Janeiro, out./dez. 1984.